

Teorias e práticas de desenvolvimento local nas comunidades tradicionais rurais e indígenas: revista *Interações* (2000-2010)

Theories and practices of local development in traditional rural and indigenous communities: *Interações* journal (2000-2010)

Teorías y prácticas del desarrollo local en comunidades rurales e indígenas tradicionales: revista Interações (2000-2010)

Karen Giuliano Soares¹
Maria Augusta de Castilho¹

Recebido em: 04/05/2021; aceito em: 28/09/2022
DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v23i4.3368>

Resumo: A presente pesquisa teve como finalidade analisar estudos de desenvolvimento local trabalhados no período de dez anos (2000 a 2010), em 21 edições da revista *Interações*, em comunidades tradicionais rurais e indígenas. A revista *Interações* se dedica à publicação de artigos científicos de cunho interdisciplinar, de âmbito nacional e internacional, especialmente daqueles relacionados ao desenvolvimento local – temática desenvolvida no Programa de Mestrado e Doutorado da Universidade Católica Dom Bosco, em Campo Grande, MS. Portanto, a pesquisa teve abordagem qualitativa, diferenciada pelo seu valor histórico, com especificidade exploratória e analítica. Fez-se o uso da pesquisa bibliográfica descritiva, para oferecer aos leitores concepções teóricas acerca dos conceitos de desenvolvimento local relativos às características de um lugar, local e território, bem como valeu-se de trabalhos empíricos de observação e experiência. Estabeleceu-se como questão norteadora a importância da revista *Interações* para docentes e discentes do Programa de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Local. Os resultados identificaram 8 artigos científicos publicados na revista *Interações* (2000-2010) que abordaram resultados de pesquisas em comunidades tradicionais rurais e 7 artigos que trataram do desenvolvimento local em comunidades tradicionais indígenas. Concluiu-se que o estudo contribui com a difusão e o intercâmbio de informações e experiências entre docentes, discentes, pesquisadores, agentes locais e demais interessados na temática.

Palavras-chave: desenvolvimento local; rurais; indígenas.

Abstract: This research aimed to analyze studies on local development carried out during a ten-year period (2000 to 2010), in 21 editions of the *Interações* journal, in traditional rural and indigenous communities. The *Interações* journal is dedicated to the publication of scientific articles of an interdisciplinary nature, of national and international scope, especially those related to local development – a theme developed in the Master's and Doctoral Programs of the Dom Bosco Catholic University in Campo Grande, MS. Therefore, the research had a qualitative approach, differentiated by its historical value, with exploratory and analytical specificity. It was based on descriptive bibliographic research, to offer the readers theoretical conceptions about the concepts of local development related to the characteristics of a place, locality, and territory, as well as on empirical works of observation and experience. It was established, as a guiding question, the importance of the *Interações* journal for teachers and students of the Master and Doctoral Program in Local Development. The results identified 8 scientific articles published in *Interações* journal (2000-2010), which addressed research results in traditional rural communities, and 7 articles that dealt with local development in traditional indigenous communities. It was concluded that the study contributes to the diffusion and exchange of information and experiences among professors, students, researchers, local agents, and others interested in the theme.

Keywords: local development; rural; indigenous.

Resumen: El objetivo de esta investigación fue analizar los estudios sobre desarrollo local realizados en un período de diez años (2000 a 2010), en 21 ediciones de la revista *Interações*, en comunidades rurales e indígenas tradicionales. La revista *Interações* se dedica a la publicación de artículos científicos de carácter interdisciplinario, de alcance nacional e internacional, especialmente los relacionados con el desarrollo local – tema desarrollado en el Programa de Maestría y Doctorado de la Universidad Católica Dom Bosco, en Campo Grande, MS. Por este motivo, la investigación tuvo un enfoque cualitativo, diferenciado por su valor histórico, con especificidad exploratoria y analítica. Se utilizó la investigación bibliográfica descriptiva

¹ Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil.



para proporcionar a los lectores concepciones teóricas sobre los conceptos de desarrollo local relacionados con las características de un lugar, sitio y territorio, así como la observación empírica y la experiencia. Se estableció como cuestión orientadora la importancia de la revista *Interações* para los profesores y alumnos del Programa de Maestría y Doctorado en Desarrollo Local. Los resultados identificaron 8 artículos científicos publicados en la revista *Interações* (2000-2010) que abordaban resultados de investigación en comunidades rurales tradicionales y 7 artículos que trataban del desarrollo local en comunidades indígenas tradicionales. Se concluyó que el estudio contribuye a la difusión e intercambio de información y experiencias entre profesores, estudiantes, investigadores, agentes locales y otros interesados en el tema

Palabras clave: desarrollo local; rural; indígenas.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo dedicou-se aos conceitos e às práticas de desenvolvimento local, aprofundadas em Comunidades Tradicionais Rurais e Indígenas, com o propósito de demonstrar as conquistas e os desafios que estudiosos desta área do conhecimento e dos demais agentes de desenvolvimento local experimentaram nessas comunidades tradicionais no decorrer de suas pesquisas.

Para que tal estudo fosse possível, analisaram-se por dois anos ininterruptos pesquisas científicas publicadas no decorrer de dez anos (2000 a 2010), na *Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, sobre trabalhos desenvolvidos em áreas rurais e indígenas, para extrair de pesquisadores as percepções acerca das perspectivas e dos desafios decorridos do tempo em que permaneceram na análise de cada comunidade, levando-se em consideração as sensibilidades vivenciadas e a realidade de cada comunidade.

Assim, primeiramente, destacaram-se as abordagens conceituais de território, lugar e local. Tais abordagens foram tecidas por ordem cronológica, com o exame de cada termo mencionado nos artigos – fator relevante aos mestrados em desenvolvimento local.

Ademais, abordou-se o percurso do Desenvolvimento Local em Comunidades Tradicionais Rurais, bem como os desafios sucedidos no tempo e no espaço pelos agentes de desenvolvimento local e os aspectos relevantes para o ideal desenvolvimento local rural, sobretudo da sustentabilidade e melhoria do território.

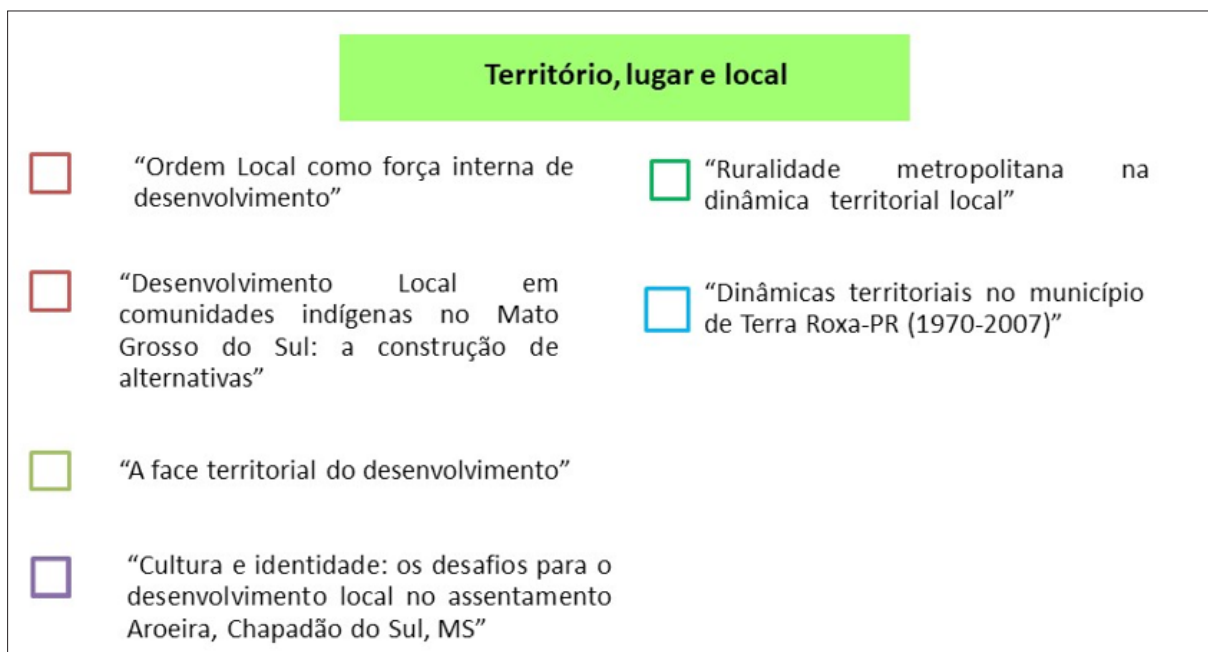
Na sequência, estendeu-se o presente estudo para as Comunidades Tradicionais Indígenas, sob a ótica das práticas de desenvolvimento local, com primordialidade da identidade, cultura e tradição indígena.

A gama de experiências obtidas por meio da análise de pesquisadores e de agentes de desenvolvimento local contribui com a difusão de conhecimentos e troca de experiências de profissionais da área e demais interessados na temática.

2 ASPECTOS CONCEITUAIS DE LUGAR, LOCAL E TERRITÓRIO NO CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Para que seja possível entender os aspectos gerais relacionados ao desenvolvimento local, torna-se imprescindível dominar alguns conceitos básicos acerca do tema, tendo em vista que objetivam a produção de conhecimentos, para propiciar uma abordagem integrada de possibilidades locais capazes de favorecer o protagonismo local. A respeito dos conceitos peculiares de lugar, local e território, foram identificados seis artigos que abordaram a temática na revista *Interações* (2000-2010):

Figura 1 – Títulos de artigos que ressaltaram aspectos de território, lugar e local

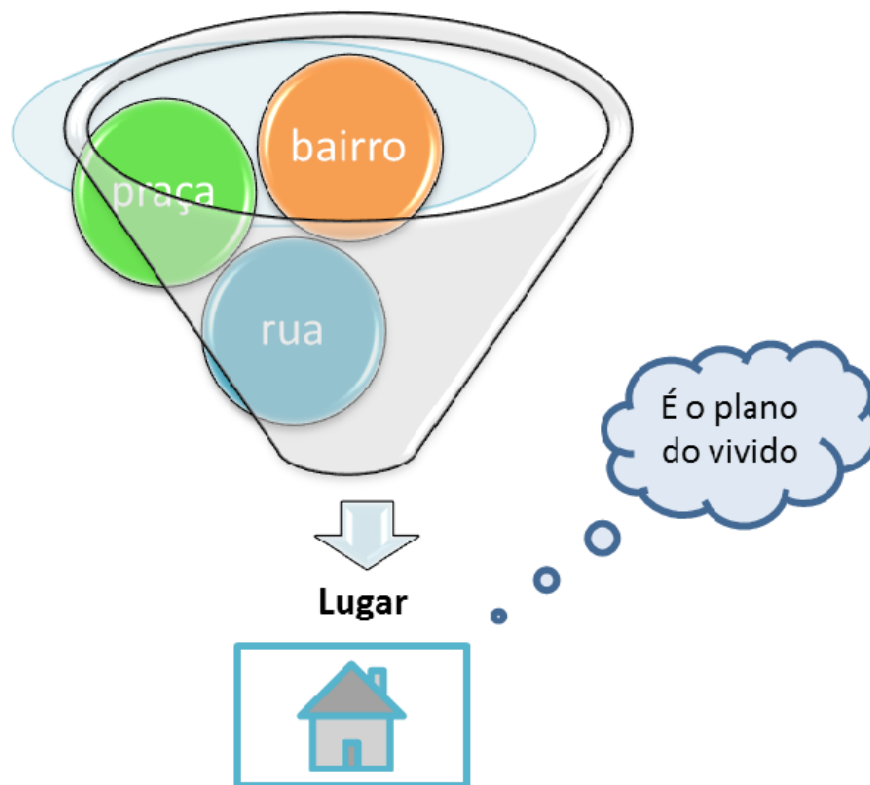


Fonte: Autoria própria, 2020.

Nesse contexto, Le Bourlegat (2000) inaugura a primeira edição da revista *Interações*. No artigo intitulado “Ordem Local como força interna de desenvolvimento”, apresentou, por meio de suas pesquisas relacionadas ao desenvolvimento local, conceitos e características de um lugar e revelou elementos fundamentais e norteadores para o embasamento de estudos interdisciplinares locais.

Assim, a autora destaca que *lugar* é uma parcela do espaço, composto de temporalidade e por uma ordem interna, integrada por pessoas, que interagem entre si com a finalidade de se organizarem e estruturarem para satisfação das suas necessidades, levando-se em conta as preferências específicas e os interesses coletivos para o convívio de forma significativa. Ela ressalta que “O lugar, em si mesmo, é suporte material para o ser humano existir (morar, produzir, circular, amar, conflitar-se com outro) e fonte de recursos naturais vitais” (LE BOURLEGAT, 2000, p. 17).

Figura 2 – Segmentos de um lugar



Fonte: Autoria própria, 2020.

Ainda nas palavras de Le Bourlegat (2000) “[...] lugar, portanto, é onde a vida se desenvolve em todas as suas dimensões. Assim, a ordem interna construída no lugar, tecida pela história e pela cultura, produz a identidade [...]”. Observa-se, dessa forma, que o lugar é o plano daquilo que se vive.

Evidencia-se que as interações entre as pessoas acontecem no lugar, onde o cotidiano passa a ser marcado por significados, oportunidades de melhores condições de vida, em que as dificuldades e os desafios são enfrentados – tanto os de natureza comunitária, do meio, como os individuais, pessoais.

Portanto, é no lugar que as pessoas se conhecem, identificam-se, partilham energias e forças para que o desenvolvimento tenha a possibilidade de acontecer. Destarte, percebe-se que “as normas reguladoras não se originam apenas do lugar. Existem aquelas oriundas de áreas distantes, antecedendo e apoiando a ordem material da sociedade” (LE BOURLEGAT, 2000, p. 19).

O desenvolvimento do lugar se concretiza, assim, quando ocorre a articulação das forças coletivas internas, não dependendo da natureza em si, mas do uso das potencialidades locais da natureza, que incluem o ambiente natural e o ambiente construído (LE BOURLEGAT, 2000, p. 19).

Mas, além da concepção de lugar, letrados do conhecimento acerca da temática de desenvolvimento local também destacaram a importância da compreensão de local. Nesse sentido, a pesquisadora de desenvolvimento local e autora do artigo intitulado “Cultura e identidade: os desafios para o desenvolvimento local no assentamento Aroeira, Chapadão do Sul, MS” (CASTILHO; ARENHARDT; LE BOURLEGAT, 2009, p. 164), corrobora que local é “[...] o lugar em que as pessoas estão ligadas pela identidade de pertencimento, ou por atividades úteis ao desenvolvimento

econômico, social e cultural da coletividade”, também caracterizado como espaço privilegiado, uma vez que prevalece a solidariedade, as parcerias e a cooperação entre os agentes locais.

Com isso, verifica-se que o desenvolvimento local é aquele em que um grupo de pessoas, vinculado por meio de uma mesma cultura, tradição e identidade, encontra-se unido pelo mesmo ideal, em que se somam energias em prol do desenvolvimento do lugar no qual vivem esses indivíduos.

Já o território é definido como “[...] o somatório dos sistemas naturais de um determinado país ou uma determinada área, com os fatos construídos pelos homens” (CASTILHO; ARENHARDT; LE BOURLEGAT, 2009, p. 164). Nesse sentido, Brand (2001, p. 60), no artigo intitulado “Desenvolvimento Local em comunidades indígenas no Mato Grosso do Sul: a construção de alternativas”, ressalta que territórios são espaços que possibilitam a autonomia de comunidades, sobretudo das tradicionais – como é o caso das comunidades indígenas, que têm a necessidade de territórios para que o desenvolvimento possa acontecer de forma autônoma –, viabilizando a autogestão e autossustentabilidade.

Ademais, Alencar (2010), por meio do artigo “Ruralidade metropolitana na dinâmica territorial local”, evidencia que, na região em que ocorreu sua pesquisa – município de Entre Rios –, o fator determinante para a formação do território foi a demarcação dos espaços por meio do fluxo da água, o que possibilitou a distinção do grupo de pessoas em determinadas áreas (ALENCAR, 2010, p. 24).

Um pouco mais adiante, Willers, Alves e Souza (2010), no artigo “Dinâmicas territoriais no município de Terra Roxa-PR (1970-2007)”, apresentam na pesquisa o processo de desterritorialização e reterritorialização do município Terra Roxa, PR, e colaboram com questões *sui generis* para a formação de um território, considerando que “o território surge, na tradicional geografia política, como um espaço concreto em si (com seus atributos naturais e socialmente construídos), que é apropriado e ocupado por um grupo social” (WILLERS; ALVES; SOUZA, 2010, p. 74).

Os mesmos autores (2010) reforçam que, a partir do momento em que um grupo social consegue formar identidade em determinado território, torna-se improvável que seja reconhecido sem seu território, uma vez que existe um liame entre a identidade sociocultural adquirida e o espaço em que vive, valendo-se da natureza, patrimônios arquitetônicos e cenários.

Em Terra Roxa, PR, os próprios autores relataram a análise do processo de territorialização e posterior desterritorialização ocorrida no município, sendo que a ocupação do território, inicialmente, deu-se de forma expressiva com a colonização e a formação social e econômica da população, o que o tornou território territorializado, ou seja, ocupado e utilizado (WILLERS; ALVES; SOUZA, 2010, p. 79).

Porém, com a chegada do progresso no local, a pesquisa dos autores revelou que novas posturas e ações foram trabalhadas e implementadas, muitas vezes, com uma nova fase de modernização, modificando, assim, o território. Verifica-se, portanto, que, no processo de transformação do local, ocorrem rupturas: as pessoas passam a se movimentar mais, inclusive, algumas chegam atraídas pelo novo contexto de território e outras deixam o território pelo motivo de não se sentirem parte do ambiente para o exercício de atividades cotidianas.

Com relação ao espaço, Veiga (2002, p. 12), no artigo “A face territorial do desenvolvimento”, afirmou que o espaço “não se restringe ao fenômeno local, regional, nacional ou mesmo continental, podendo exprimir simultaneamente todas essas dimensões”.

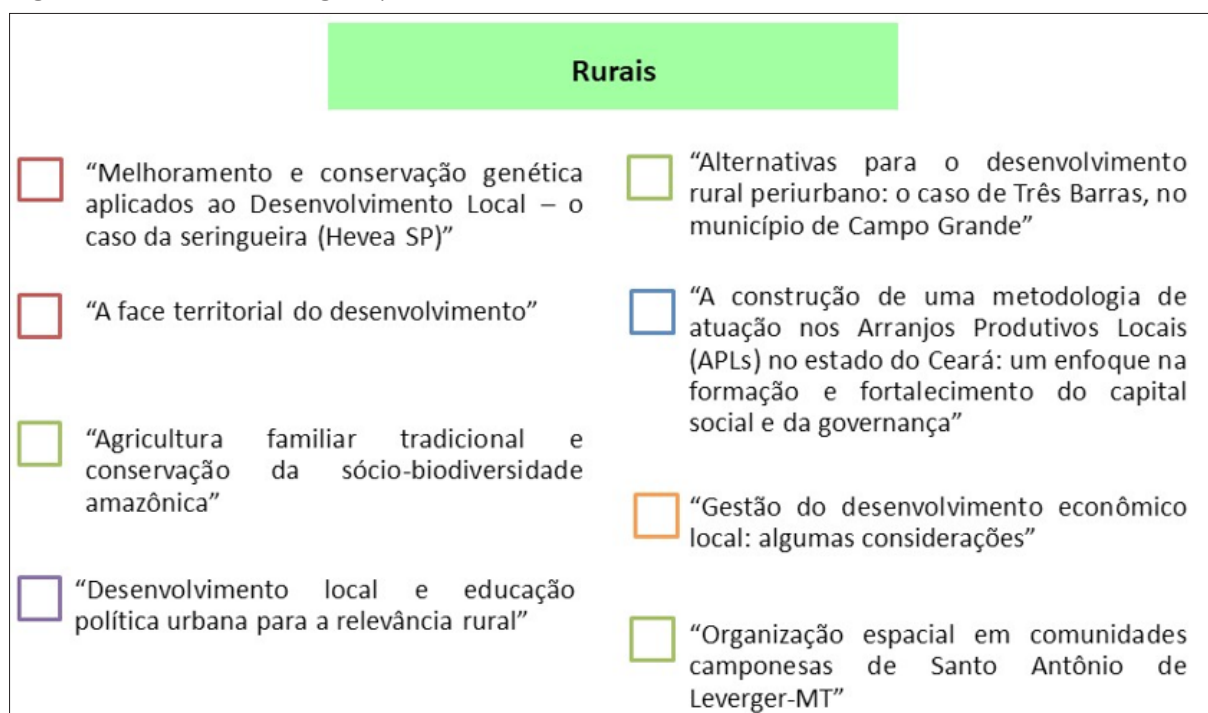
Com as práticas de desenvolvimento local nas comunidades, por meio dos agentes de desenvolvimento local, evidenciam-se diversas dinâmicas territoriais que contribuem com o saber e a experiência local, dentre elas, nas comunidades tradicionais rurais e indígenas, conforme se demonstra a seguir.

3 O PERCURSO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL EM COMUNIDADES TRADICIONAIS RURAIS

Na diversidade da dinâmica do território, constata-se que uma das extensões do desenvolvimento local está direcionada às comunidades tradicionais rurais, assim, demonstra-se, no presente tópico, que as comunidades tradicionais rurais podem se desenvolver internamente, de forma eficaz e eficiente, desde que os agentes locais que habitam em um mesmo espaço cooperem para a melhoria local.

Para tanto, destacam-se, no presente artigo, oito resultados de pesquisas sobre a temática de desenvolvimento local em áreas rurais, todas executadas entre os anos 2000 e 2010 e publicadas na revista *Interações*, a saber:

Figura 3 – Títulos de artigos que trataram de comunidades tradicionais rurais



Fonte: Autoria própria, 2020.

Como premissa, Costa *et al.* (2001), no artigo intitulado “Melhoramento e conservação genética aplicada ao desenvolvimento local – o caso da seringueira (*Hevea sp*)”, destacam que, no desenvolvimento local rural, é a própria comunidade que deve agenciar o seu desenvolvimento e ser autossuficiente para que consiga se manter o mais independente possível, sendo que os agentes externos, por sua vez, somente auxiliam no processo, caso necessário, tendo em vista a característica ímpar de que o desenvolvimento local deve acontecer endogenamente, de acordo com as suas necessidades internas.

No mesmo norte, Veiga (2002), no artigo “A face territorial do desenvolvimento”, pontua que um fator importante para o desenvolvimento local em sua pesquisa foi o emprego da mão de obra familiar no processo de produção agropecuária, sobretudo nos trabalhos com seringueiras, que exigem tempo no cultivo. Com isso, nota-se que tais trabalhos rurais, em que famílias e comunidades participam ativamente, propiciam a integração familiar, geração de empregos e, conseqüentemente, o desenvolvimento local.

Assim, o emprego de energia de trabalho dos proprietários de áreas rurais e de famílias que vivem nesses espaços colabora para que o desenvolvimento local aconteça de forma positiva, pois os agentes locais têm a ciência da importância de se manter a sustentabilidade do meio ambiente em que vivem, por ser uma fonte valiosa de recursos naturais; encontram-se aptos para cooperar de forma mais acertada com o desenvolvimento, uma vez que quem vive no lugar tem a visão mais nítida da realidade e das necessidades urgentes do espaço; e têm a facilidade de execução de melhorias em prol da coletividade, bem como de traçar diretrizes para o envolvimento dos agentes locais, com a predisposição de angariar sinergia local.

Nas comunidades rurais, faz-se importante destacar as palavras de Noda e Noda (2003), no artigo “Agricultura familiar tradicional e conservação da sócio-biodiversidade amazônica”, em que afirmam que o desenvolvimento local rural ocorre pela reciprocidade existente na comunidade de partilhar a produção mútua entre os agentes locais, sendo que a troca, as roças e as hortas comunitárias somam forças, estreitam laços e rompem barreiras.

Segundo os mesmos autores, que pesquisaram a agricultura familiar no Alto Solimões, região localizada no estado do Amazonas, os resultados obtidos foram de que a agricultura familiar implementa “um sistema de conservação, melhoramento *in situ* e compartilhamento intercomunitário de recursos genéticos vegetais” (NODA; NODA, 2003, p. 64); com isso, a organização social da comunidade promove a capacidade de autogestão para a sustentabilidade da produção e do local.

Paulitsch e Ávila, no artigo “Desenvolvimento local e educação política urbana para a relevância rural”, publicado na revista *Interações*, observam o desencadear das ações de desenvolvimento local nas áreas rurais e defendem a unicidade do uso dos conceitos de desenvolvimento local tanto nas áreas urbanas como nas áreas rurais, afirmando que “[...] o agronegócio se apresenta, no momento brasileiro, como grande vocação em termos de sadio desenvolvimento rural, em se tratando do mencionado aproveitamento de potencialidades no contexto de toda uma localidade [...]” (PAULITSCH; ÁVILA, 2003, p. 68).

Mais adiante, e por outro ângulo do posicionamento dos autores Paulitsch e Ávila, referenciados em linhas anteriores, Vitte (2006, p. 79), no artigo intitulado “Gestão do desenvolvimento econômico local: algumas considerações”, apresenta uma definição para o desenvolvimento urbano, sustentando que o progresso acontece, de início, com a execução “de um projeto físico para uma cidade e de políticas de controle do uso do solo, resultando na ordenação do território e de equipamentos coletivos”, expondo a diferenciação de conceitos de desenvolvimento urbano e local.

Na seqüência, Oliveira *et al.* (2004, p. 38), no artigo “Alternativas para o desenvolvimento rural periurbano: o caso de Três Barras, no município de Campo Grande”, ressaltam que “as comunidades rurais podem ser além de executor das atividades agrícolas, incentivadoras de pluratividades, ou seja, a comunidade rural utiliza seu potencial local para se manter e desenvolver, proporcionando aos centros urbanos o acesso à produção rural”, de forma a permitir que ela mesma faça sua gestão.

Amorim, Moreira e Ipiranga (2004, p. 29), no artigo “A construção de uma metodologia de atuação nos Arranjos Produtivos Locais (APLs) no estado do Ceará: um enfoque na formação e fortalecimento do capital social e da governança”, corroboram a pesquisa de Oliveira *et al.* (2004, p. 38), quando destacam a necessidade de atenção à capacidade produtiva e inovativa da comunidade que viabiliza “melhorias na qualidade dos produtos e processos, o adensamento das aglomerações e o aprofundamento da especialização, bem como a inovação e a diferenciação dos produtos”, características indispensáveis para o progresso local.

No mesmo norte, os autores Nabuco *et al.* (2009), por meio do artigo “Organização espacial em comunidades camponesas de Santo Antônio de Leverger-MT”, pesquisam camponeses de duas comunidades rurais, Sangradouro, MT, e Vila São Sebastião (antiga Comunidade Perdição), identificando que o desenvolvimento rural se faz presente e eficaz quando existe a mobilização dos agentes locais.

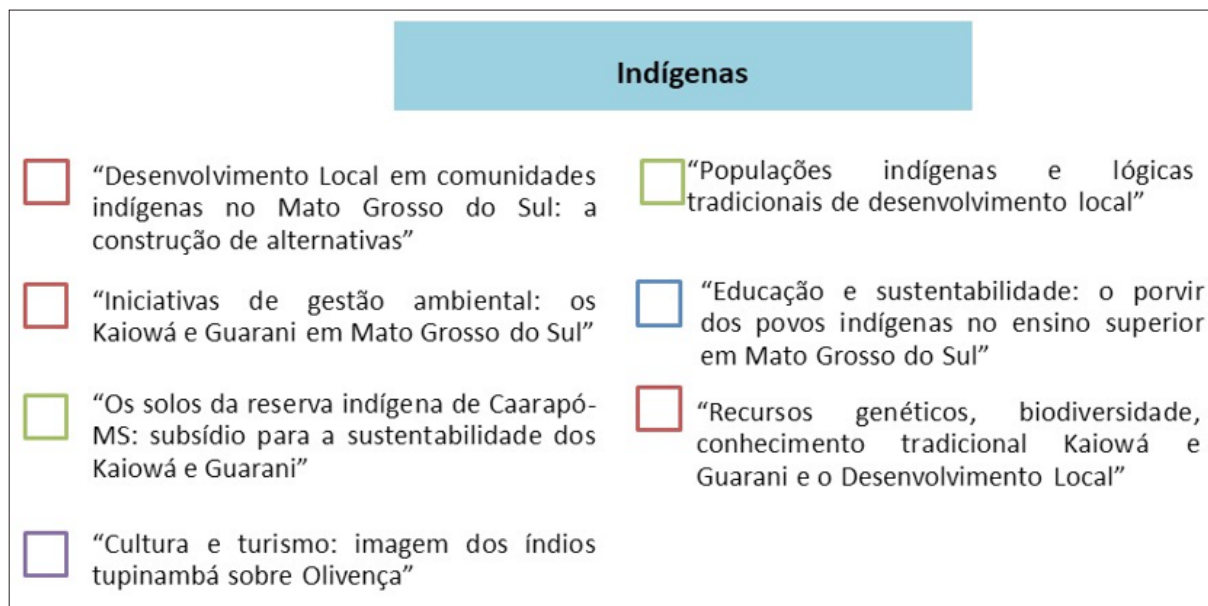
Os mesmos autores afirmam que “a população que vive no campo, não isoladamente, mas mantendo relações com parentes e vizinhos, indo até a cidade, conhecendo outros ambientes e configurações sociais diferentes, produzem a contento” (NABUCO *et al.* 2009, p. 222), uma vez que tais relações passam a ter um vínculo de sentimento de pertença pelo lugar e surge a vontade de melhorá-lo e adaptá-lo às necessidades coletivas. Assim, alegam que é por meio das interações que os laços entre as pessoas se estreitam, o povoado conquista identidade e os agentes locais conseguem trazer o desenvolvimento para o local (NABUCO *et al.* 2009, p. 226).

Portanto, constatou-se que, em todas as pesquisas analisadas, as áreas rurais necessitam de cooperação entre os membros da comunidade, para que possam se sustentar e evoluir de forma democrática.

4 COMUNIDADES TRADICIONAIS INDÍGENAS: UM OLHAR DIRECIONADO ÀS PRÁTICAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

As comunidades tradicionais oferecem de forma tácita aprendizados para as gerações futuras, e, a seguir, serão apresentadas pesquisas de diversidade na dinâmica territorial de desenvolvimento local focalizadas nas áreas indígenas. Para tanto, destacaram-se sete resultados de pesquisas de desenvolvimento local em território indígena, sendo que todas foram publicadas entre os anos 2000 e 2010:

Figura 4 – Títulos de artigos que se remeteram a comunidades tradicionais indígenas



Fonte: Autoria própria, 2020.

Estes artigos foram objeto de análise para constatar a dimensão dos resultados de desenvolvimento local nos territórios indígenas entre os anos 2000 e 2010, com ênfase nas pesquisas publicadas na revista *Interações*.

Nesse sentido, Brand (2001), autor do artigo “Desenvolvimento local em comunidades indígenas no Mato Grosso do Sul: a construção de alternativas”, analisa o desenvolvimento das comunidades indígenas focado nos processos de engajamento, participação e protagonismo, e se manifesta no sentido de que são os próprios indígenas que devem ser agentes do desenvolvimento local. Assim, afirma que “todas as atividades de tais programas devem privilegiar mecanismos de participação articulada da comunidade indígena envolvida” (p. 67).

O mesmo autor, em 2003, ao publicar o relato “Iniciativas de gestão ambiental: os Kaiowá e Guarani em Mato Grosso do Sul”, na revista *Interações*, experimentou na prática o desenvolvimento local da comunidade indígena. E, em 1995, com apoio de pesquisadores da Universidade Católica Dom Bosco, da Diocese de Dourados, de bolsistas de iniciação científica e técnicos da Prefeitura da Caarapó, mencionou a fundação do Programa Kaiowá/Guarani, com propostas de pesquisas e fomento às ações para o desenvolvimento da comunidade indígena, enfatizando o estímulo “[...] nas áreas da produção de alimentos, recuperação ambiental, educação escolar e prevenção contra doenças sexualmente transmissíveis [...]” (BRAND, 2003, p. 98).

Assim, Brand (2003, p. 99) salienta os resultados satisfatórios da prática de desenvolvimento local na comunidade indígena Kaiowá/Guarani, quando apresenta “a produção de alimentos para consumo, cuidada e plantada de forma adequada pela própria comunidade e o avanço nas ações de recuperação ambiental da área”, o que gerou sustentabilidade local.

Costa *et al.* (2005) também desenvolveram uma relevante pesquisa junto à reserva indígena Kaiowá e Guarani em Caarapó, MS, intitulada “Os solos da reserva indígena de Caarapó-MS: subsídio para a sustentabilidade dos Kaiowá e Guarani”, que foi publicada na revista *Interações*, e deram ênfase ao estudo do solo da região, uma vez que “a classificação do solo é de suma importância para a prática agrícola pelos Kaiowá e Guarani” (p. 91).

No trabalho realizado, os mesmos autores (2005, p. 92) descreveram os pontos mais significativos para que os desfechos de desenvolvimento do local fossem exitosos. Dessa maneira, revelaram que os resultados para o progresso local aconteceram principalmente com a concentração nas experiências dos índios com idade mais avançada, uma vez que se utilizaram dos seus conhecimentos nativos para a melhoria dos solos do território.

As observações diretas dos indígenas acerca das necessidades locais, sobretudo com a percepção das problemáticas relacionadas ao solo, viabilizaram oportunidades de conhecimento profundo do local, e, unidos, eles fizeram narrativas dos aspectos relevantes para o desenvolvimento, utilizando oficinas e relatos para se agregar e adaptar à realidade da comunidade.

No mesmo norte, Pinhão e Trevisan (2005, p. 122), no artigo nominado “Cultura e turismo: imagem dos índios tupinambá sobre Olivença”, publicado na revista *Interações*, destacaram a relevância de se considerar a imagem mental dos índios como agentes locais. A análise foi de suma importância, uma vez que o desenvolvimento local progride conforme os agentes locais passam a entender suas raízes, as experiências obtidas por antepassados locais, os pontos fortes e os pontos de melhoria da região e quando se apropriam do sentimento de serem capazes e úteis para o avanço da comunidade.

Ainda, nas considerações das pesquisas realizadas pelos mesmos autores (2005), com relação aos índios Tupinambás, destacaram a importância de se observar, com cautela, a vulnerabilidade dos agentes locais quando os interesses das classes dominantes são diversos dos interesses dos agentes locais. Cita-se o caso dos Tupinambás, quando os interesses turísticos dos agentes externos chocaram-se com os interesses dos agentes locais, o que fez com que os índios se sentissem invadidos e, conseqüentemente, foram bloqueados laços entre comunidade e agentes externos para a possibilidade de desenvolvimento da região. A ação facilitou a marginalização dos índios do local, que, posteriormente, precisaram encarar uma nova forma de ressignificação e reconstrução dos sentidos locais daquilo que foi perdido no tempo.

Brand *et al.* (2008), no artigo “Populações indígenas e lógicas tradicionais de desenvolvimento local”, publicado na revista *Interações*, salientaram os cuidados que se deve ter quando se trabalha com comunidades tradicionais.

No caso dos índios Kaiowá e Guarani, em Mato Grosso do Sul, os autores destacaram as diferentes formas de interação das etnias que interagiram com o local vivido, ou seja, para exemplificar, os plantios e as colheitas passam por ciclos, incluindo rituais e rezas próprias da comunidade, abordando-se a seriedade e o cuidado com que os índios têm com a natureza, sendo esta fonte de graças e ruínas, já que consideram a natureza como relação direta com os deuses. Com isso, os mesmos autores perceberam e alertaram aos agentes de desenvolvimento local sobre a atenção que se deve ao modo de vida da comunidade local que se estuda.

Ainda, com relação aos Kaiowá e Guarani, apontam Brand *et al.* (2008, p. 177) que, para recuperar a natureza, os índios acreditam na necessidade de retomada das suas práticas religiosas, o que não inviabiliza o acesso de novas tecnologias de desenvolvimento, mas sim o acesso às novas tecnologias para auxiliar no desenvolvimento endógeno.

Assinalaram, além do mais, a importância da observação por pesquisadores locais com relação aos minuciosos aspectos relacionados às comunidades locais, uma vez que é a comunidade detentora dos mais reais e profundos sentimentos do lugar em que se vive.

Já Brostolin e Cruz (2010, p. 35), no artigo “Educação e sustentabilidade: o porvir dos povos indígenas no ensino superior em Mato Grosso do Sul”, publicado na revista *Interações*,

ênfatazaram, na pesquisa realizada, a importância da educação de ensino superior aos indígenas a fim de que consigam adquirir conhecimentos para a própria sustentabilidade da comunidade local, o que proporcionará qualificação e, conseqüentemente, autonomia no processo de progresso.

Dessa forma, os mesmos autores destacaram que os indígenas anseiam por serem agentes de desenvolvimento local do território em que vivem, sendo que procuram por capacitação para gerenciar seus territórios e os desafios de um novo cenário de interdependência dos povos indígenas. Com isso, “[...] Buscam, de um lado, através de uma maior sistematização, fortalecer os seus conhecimentos tradicionais, sua história e língua e de outro, o necessário domínio dos assim denominados conhecimentos universais [...]” (BROSTOLIN; CRUZ, 2010, p. 41).

Para tanto, expõem que o interesse pelo desenvolvimento local da comunidade tradicional, por agentes locais indígenas, não se limita simplesmente à educação tradicional, mas também segue o movimento de melhoria cotidiana na luta pela manutenção da cultura tradicional da história indígena no País e em cada região.

Vale destacar, também, o artigo de Rego, Brand e Costa (2010), direcionado ao desenvolvimento endógeno da população tradicional indígena “Recursos genéticos, biodiversidade, conhecimento tradicional Kaiowá e Guarani e o Desenvolvimento Local”, publicado na revista *Interações*, cujo conteúdo é impulsionador dos índios Kaiowá e Guarani para a recuperação da vegetação das áreas afetadas pelo desmatamento.

O artigo destaca o interesse da comunidade para o reflorestamento e a recuperação ambiental do local, com a finalidade de dar continuidade à aplicação tradicional dos conhecimentos obtidos pelos antepassados, utilizando as espécies nativas de plantas para dar vida à natureza como sagrada e conservando as tradições fragmentadas, pois “[...] Estas ações, em parceria com a comunidade, têm proporcionado a recuperação ambiental com a ligação dos fragmentos florestais a partir da regeneração natural e o plantio de espécies nativas da região (REGO; BRAND; COSTA, 2010, p. 58).

Com o auxílio de parcerias entre pesquisadores e indígenas, na criação de alternativas para a melhoria da qualidade de vida destes povos, foram realizadas estratégias de recuperação ambiental para a adequada subsistência dessas comunidades. Eles uniram seus esforços com a finalidade de reversão do quadro de insustentabilidade ambiental e de desamparo relacionado aos recursos necessários para viver, permitindo a continuidade das ações voltadas aos conhecimentos tradicionais (REGO; BRAND; COSTA, 2010).

Com relação às ações estratégicas resultantes das ações de desenvolvimento local, pode-se destacar que foi realizada a construção de represas para a oferta de água na reserva, que viabiliza a pesca, a interrupção da erosão, como também a implantação de viveiros para auxílio na educação ambiental desse povo, dentre outras ações que permitiram a melhoria da conservação do território e da qualidade de vida dos indígenas, como ampliação das espécies alimentícias, medicinais e recuperação das áreas degradadas (REGO; BRAND; COSTA, 2010, p. 67).

Observa-se, contudo, a riqueza que se encontra no conhecimento dos agentes locais das áreas em que vivem e como a contribuição da comunidade local é de suma importância para que o desenvolvimento endógeno obtenha êxito.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisou pesquisas de desenvolvimento local realizadas nas Comunidades Tradicionais Rurais e Indígenas, em especial aquelas publicadas na revista *Interações* entre os anos 2000 e 2010, para verificar aspectos positivos e negativos do desenvolvimento local em tais comunidades, como também as dificuldades que os pesquisadores e agentes de desenvolvimento local enfrentaram.

A revista *Interações*, de modo geral, como em qualquer outro periódico, realiza a inserção individual de resultados de pesquisas; com isso, a proposta do presente estudo foi analisar todos os artigos que tratavam da referida temática, no período de dez anos, para mapear as realidades vivenciadas nas comunidades tradicionais.

Com isso, no primeiro tópico, evidenciaram-se conceitos habituais utilizados por pesquisadores de desenvolvimento local, estudados e transmitidos por especialistas acerca da temática. Assim, destacaram-se seis artigos que conceituaram lugar, local e território.

Os autores dos artigos analisados destacaram que é no lugar que a vida das pessoas se manifesta e passa a ter sentido, sendo registrada pelas culturas e tradições de pessoas que passam a viver agrupadas, o que resulta na identidade da comunidade. O local foi considerado parte de um lugar onde a união de forças solidárias busca o bem comum, já o território foi observado como demarcação dos espaços.

Com relação às Comunidades Tradicionais Rurais, constataram-se oito pesquisas publicadas que trouxeram resultados de práticas de desenvolvimento local, sendo todas consideradas satisfatórias.

Assim, para que o desenvolvimento local aconteça, faz-se necessária a integração de toda a comunidade, tanto dos proprietários de áreas rurais como das demais famílias que trabalham na região, a fim de que consigam a sustentabilidade interna, ou seja, endógena, independente de agentes externos.

Para tanto, a sinergia é de suma importância nesses locais, para que os interesses da coletividade prevaleçam. O desafio é fazer com que as pessoas da comunidade não vivam isoladamente, mas mantenham vínculo com vizinhos. Verificou-se que o compartilhamento intercomunitário rural possibilita o desenvolvimento local. Para isso, os pesquisadores de desenvolvimento local dedicam seus trabalhos, com a finalidade de orientar as comunidades do seu importante papel para o progresso local, sendo que os agentes locais são as pessoas que mais têm conhecimento das suas reais necessidades.

O desenvolvimento local nos Territórios Tradicionais Indígenas precisa acontecer com atenção específica à cultura, tradição e identidade de cada etnia, uma vez que cada povo indígena tem suas especificidades.

Foram objetos de análise sete artigos, com ênfase no desenvolvimento local em territórios indígenas, sendo que todos restaram frutíferos. As principais ações realizadas que auxiliaram no êxito do progresso deram atenção ao engajamento, estímulo à participação e protagonismo dos próprios indígenas, considerados agentes de desenvolvimento local, em especial, para a produção de alimentos, recuperação do meio ambiente e o despertar de ações relacionadas à melhoria da saúde e educação, tendo em vista a sustentabilidade local.

Fez-se evidente a necessidade de concentração nas experiências dos indígenas com idade avançada, uma vez que se utilizam dos seus conhecimentos nativos para a melhoria do território.

O presente estudo contribuiu com a necessidade de se observar a vulnerabilidade dos agentes locais quando os interesses das classes dominantes prevalecem aos dos indígenas, o que leva os indígenas a se recolherem e o desenvolvimento a ser dissemelhante aos seus interesses.

A análise destacou que o desenvolvimento local progride conforme os agentes locais passam a entender suas raízes, as experiências obtidas por antepassados locais, os pontos fortes e os pontos de melhoria da região, e quando passam a entender que é a comunidade que é capaz de melhor realizar seu avanço.

Dessa forma, observou-se que os indígenas anseiam por serem agentes de desenvolvimento local do território em que vivem, sendo que procuram por capacitação para gerenciar seus territórios e conquistar um novo cenário de interdependência dos povos indígenas. Para tanto, expõem que o interesse pelo desenvolvimento local da comunidade tradicional, por agentes locais indígenas, não se limita simplesmente à educação tradicional, mas também segue o movimento de melhoria cotidiana na luta pela manutenção da cultura tradicional da história indígena no País e de cada região.

Vale destacar, também, a importância da recuperação da vegetação das áreas afetadas pelo desmatamento, a continuidade na aplicação tradicional dos conhecimentos obtidos pelos antepassados, utilizando as espécies nativas de plantas para dar vida à natureza, e a criação de alternativas para a melhoria da qualidade de vida destes povos, permitindo a continuidade das ações voltadas aos conhecimentos tradicionais.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, C. M. M.de. Ruralidade metropolitana na dinâmica territorial local. *Interações*, Campo Grande, MS, v. 11, n. 1, p. 23–32, jan./jun.2010.

AMORIM, M. A.; MOREIRA, M. V.; IPIRANGA, A. S. R. A construção de uma metodologia de atuação nos Arranjos Produtivos Locais (APLs) no estado do Ceará: um enfoque na formação e fortalecimento do capital social e da governança. *Interações*, Campo Grande, MS, v. 6, n. 9, p. 25–34, set. 2004.

LE BOURLEGAT, C. A. Ordem Local como força interna de desenvolvimento. *Interações*, Campo Grande, MS, v. 1, n. 1, p. 13–20, set. 2000.

BRAND, A. Desenvolvimento Local em comunidades indígenas no Mato Grosso do Sul: a construção de alternativas. *Interações*, Campo Grande, MS, v. 1, n. 2, p. 59–68, mar. 2001.

BRAND, A. J.; COSTA, R. B.; SKOWRONSKI, Leandro.; TEODORO, J. T.; BENATTI, L. A. C. B. Iniciativas de gestão ambiental: os Kaiowá e Guarani em Mato Grosso do Sul. *Interações*, Campo Grande, MS, v. 4, n. 6, p. 97–102, mar. 2003.

BRAND, A. J.; COLMAN, R. S.; COSTA, R. B. Populações indígenas e lógicas tradicionais de Desenvolvimento Local. *Interações*, Campo Grande, MS, v. 9, n. 2, p. 171–79, jul./dez.2008.

BROSTOLIN, M. R.; CRUZ, S. F. Educação e sustentabilidade: o porvir dos povos indígenas no ensino superior em Mato Grosso do Sul. *Interações*, Campo Grande, MS, v. 11, n. 1, p. 33–42, jan./jun. 2010.

CASTILHO, M. A.; ARENHARDT, M. M.; LE BOURLEGAT, C. A. Cultura e identidade: os desafios para o desenvolvimento local no assentamento Aroeira, Chapadão do Sul, MS. *Interações*, Campo Grande, MS, v. 10, n. 2, p. 159–69, jul./dez. 2009.

COSTA, R. B.; GONÇALVES, P. S.; RÍMOLI, A. O.; ARRUDA, E. J. Melhoramento e conservação genética aplicados ao Desenvolvimento Local – o caso da seringueira (*Hevea sp*). *Interações*, Campo Grande, MS, v. 1, n. 2, p. 51–8, mar. 2001.

COSTA, R. B.; ROA, R. A. R.; MARTINS, W. J.; SMANIOTTO, C. R.; SKOWROSKI, Leandro.; BENATTI, L. A. C. Os solos da reserva indígena de Caarapó-MS: subsídios para a sustentabilidade dos Kaiowá e Guarani. *Interações*, Campo Grande, MS, v. 7, n. 11, p. 83–94, set. 2005.

NABUCO, H. C. G.; AZEVEDO, R. A. B.; ALBUQUERQUE, M. C. F.; LEITE, J. C.; CELLA, Carla. Organização espacial em comunidades camponesas de Santo Antônio de Leverger-MT. *Interações*, Campo Grande, MS, v. 10, n. 2, p. 219–31, dez. 2009.

NODA, H.; NODA, S. N. Agricultura familiar tradicional e conservação da sóciobiodiversidade amazônica. *Interações*, Campo Grande, MS, v. 4, n. 6, p. 55–66, mar. 2003.

OLIVEIRA, C. J.; ÍTAVO, L. C. V.; SILVA, M. J. CASTILHO, M. A. Alternativas para o desenvolvimento rural periurbano: o caso de Três Barras, no município de Campo Grande. *Interações*, Campo Grande, MS, v. 5, n. 8, p. 37–44, mar. 2004.

PAULITSCH, R. J.; ÁVILA, V. F. Desenvolvimento Local e educação política urbana para a relevância rural. *Interações*, Campo Grande, MS, v. 4, n. 7, p. 65–72, set. 2003.

PINHÃO, A. O.; TREVIZAN, S. D. P. Cultura e turismo: imagem dos índios tupinambás sobre Olivença. *Interações*, Campo Grande, MS, v. 7, n. 11, p. 121–27, set. 2005.

REGO, F. L. H.; BRAND, A. J.; COSTA, R. B. Recursos genéticos, biodiversidade, conhecimento tradicional Kaiowá e Guarani e o desenvolvimento local. *Interações*, Campo Grande, MS, v. 11, n. 1, p. 55–69, jan./jun. 2010.

VEIGA, J. E. A face territorial do desenvolvimento. *Interações*, Campo Grande, MS, v. 3, n. 5, p. 5–19, set. 2002.

VITTE, C.C.S. Gestão do desenvolvimento econômico local: algumas considerações. *Interações*, Campo Grande, MS, v. 8, n. 13, p. 77–87, set. 2006.

WILLERS, E. M.; ALVES, L. R.; SOUZA, E. B. C. Dinâmicas territoriais no município de Terra Roxa-PR (1970-2007). *Interações*, Campo Grande, MS, v. 11, n. 1, p. 71–80, jan./jun. 2010.

Sobre as autoras:

Karen Giuliano Soares: Doutoranda em Desenvolvimento Local pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Advogada e administradora de empresas pela UCDB. Docente do Curso de Direito da Faculdade Prime, em Campo Grande, MS, e assessora executiva da Presidência da Missão Salesiana de Mato Grosso. **E-mail:** karengiuliano@gmail.com, **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-9372-2453>

Maria Augusta de Castilho: Pós-doutora em Linguística e Doutorado em Ciências Sociais – História do Brasil, ambos pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente, é professora do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado/Doutorado da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), sendo também responsável pelo Laboratório de História (LabHis). É líder de dois grupos de pesquisa cadastrados no CNPq: “Cultura, identidade e saberes locais”; “Análise histórica de processos trabalhistas do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região – MS (1962-1984)”. **E-mail:** m.a.castilho@terra.com.br, **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0001-5235-3164>